

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XL

Vocabulários da língua
portuguesa editados em Portugal
(1866-1970)

ARTUR ANSELMO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2019

Vocabulários da língua portuguesa editados em Portugal (1866-1970)

Artur Anselmo

É conhecido (e numerosas vezes citado) o desabafo de Garrett no prefácio à 1.^a edição do seu poema *Camões*, em 1825:

Sobre ortografia (que é força cada um fazer a sua entre nós, porque a não temos), direi só que segui sempre a etimologia em razão composta com a pronúncia; que acentos só os pus onde sem eles a palavra se confundiria com outra; e que de boamente seguirei qualquer método mais acertado, apenas haja algum geral e racionável em português; o que tão fácil e simples seria se a nossa Academia e Governo em tão importante coisa se impenhassem.

Alguns anos depois (em 1839), prefaciando a 2.^a edição do mesmo poema, acentuava Garrett:

Por parte dos editores [*leia-se José Baptista Morando, com oficina gráfica na Rua do Moinho de Vento, n.º 59, em Lisboa*] houve todo o esmero e cuidado: algumas pequenas incoerências ortográficas são devidas à incerteza da medida legítima entre nós, que o autor tem forcejado por fixar, aferindo-a pelo seu único tipo verdadeiro e possível, a etimologia modificada pela pronúncia.

Parece, pois, claro que as preocupações de Garrett em matéria de ortografia nacional eram essencialmente duas: o estabelecimento de regras gerais «racionáveis» — tarefa cultural que incumbiria à Academia das Ciências, com o apoio político do Governo — e o apelo a favor de um método que respeitasse, por um lado, a etimologia e, por outro, a pronúncia.

Tanto nestes passos como num outro que julgo ser também da sua mão — o prefácio ao *Parnaso Lusitano* —, mostrava Garrett acentuado pendor para a chamada «ortografia etimológica», sempre que conhecidas as raízes das palavras.

Isso lhe valeu, cinquenta anos após a sua morte, crítica contundente de Aniceto Gonçalves Viana nessa obra clássica, *vade-mecum* de todas as simplificações e uniformizações ortográficas, que é a *Ortografia Nacional* (1904).

Mas foi, sem dúvida, o lamento desencantado de Garrett que esteve na origem do aparecimento do primeiro *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, publicado em 1866 por iniciativa de Thomaz Quintino Antunes, o editor, e organizado por Gaspar Álvares Marques. Os dois homens conheciam-se bem. Na Tipografia Universal, de que Thomaz Quintino era proprietário, imprimiam-se obras escolhidas de literatura, trabalhos comerciais de todo o género e vários jornais diários, um dos quais, fundado pouco antes, estava destinado a um êxito sem precedentes: intitulava-se *Diário de Notícias* e nascera de um desafio de Thomaz Quintino Antunes ao jornalista Eduardo Coelho, responsável pela publicação do diário *O Conservador*, habitualmente impresso nas máquinas da Tipografia Universal. Ora, vigiando os textos das principais publicações saídas da oficina de Thomaz Quintino, numa época da mais completa anarquia ortográfica, perfilava-se, com o seu olhar atento, a sua cultura filológica, um revisor tipográfico (ou corrector, como então se dizia) que foi considerado, no seu tempo, o profissional mais competente em assuntos ortográficos. Refiro-me, obviamente, a Gaspar Álvares Marques, injustamente esquecido hoje, como sucede com a maioria dos revisores de textos, mas ligado, pelo seu trabalho de compilação e sistematização, à primeira tentativa de inventariação lexicológica com alguma normatividade ortográfica.

Se Gaspar Álvares Marques foi o realizador, Thomaz Quintino Antunes foi o projectista da ideia. Nascido em 1820, tipógrafo desde os 14 anos, doía-lhe que os prelos portugueses dessem a lume escritos sem um mínimo de uniformidade ortográfica; sobretudo, agora que decidira lançar um grande jornal diário, o futuro Conde de São Marçal (título com que passaria à História após a sua morte, em 1898) raciocinava assim:

Portugal é o único país em que a ortografia é desconhecida ou desprezada. Cada qual escreve como lhe parece, e não há um único livro destinado a auxiliar nesta parte da gramática aos que têm de escrever. Para acabar com esta anarquia, que todos lamentam, pareceu-me que o único meio eficaz seria a publicação de um vocabulário, onde se encontrassem todas as palavras da língua, e tive a satisfação de ver que este pensamento merecia a aprovação

de uma das primeiras ilustrações desta terra. [*Provavelmente alusão à «Revista Universal Lisbonense».*] Restava achar pessoa habilitada para o desempenho deste trabalho, e tive a fortuna de conseguir que dele se incumbisse o Sr. Gaspar Álvares Marques, pessoa de todo o ponto competentíssima, e que ao mais aturado estudo nesta matéria junta uma modéstia pouco vulgar.

Estas palavras abrem a advertência «Ao leitor» com que se apresenta a obra. Seguidamente, transcreve-se o sempre citado lamento e protesto de Garrett, o que mostra à evidência como, em meados da década de 60 do século XIX, era geral o descontentamento quanto à falta de rumo da ortografia nacional. Por isso, o editor fazia questão de salientar as grandes vantagens do novo *Vocabulário*:

Com este livro acaba a incerteza da medida legítima entre nós, e escusa cada um de fazer a sua ortografia, porque ficamos com método geral e creio que racionável. O autor seguiu também a etimologia modificada pela pronúncia; e, forte com a opinião do Sr. Garrett, não hesitou em assentar bases, que, ao menos, têm o mérito de acabar a anarquia ortográfica.

Do *Vocabulário* de 1866 vendeu-se em poucos dias a totalidade da 1.^a edição, de que se tiraram 2 000 exemplares. No ano seguinte (1867) apareceu a 2.^a edição e em 1896 a quinta, última que pude consultar. Apresentado como «método seguro de escrever correctamente as palavras do nosso idioma», contém, na última edição, cerca de 56 000 entradas e um vocabulário das cidades, províncias e vilas de Portugal, ilhas adjacentes e ultramar. Deve notar-se que as palavras cognatas ocupam cerca de um terço dos lexemas, pelo que, em rigor, as entradas andarão à volta de 30 000.

Comparando o *Vocabulário* da edição de 1896 com os que se lhe seguiram, não encontrei, numa análise perfunctória, grandes diferenças de tipo lexical. Um exemplo: enquanto, entre os lexemas «serpente» e «sestroso», o vocabulário de 1896 tem 97 entradas, o da Academia das Ciências, na edição de 1970, tem 67, isto é, menos 30. Mas esta diferença explica-se facilmente por motivos de ordem metodológica. De facto, nos vocabulários posteriores, é geralmente seguida a norma de se excluírem das listas de palavras os nomes femininos formados a partir de nomes masculinos, quando não são independentes, os superlativos

regulares, os advérbios em *-mente*, os participios passivos regulares sem acentuação diferencial, os diminutivos e aumentativos, etc.

A notar que os lexemas «Semiologia» e «Semiótica» — duas das lacunas mais significativas do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia de 2001 — já estão registados na edição de 1896. Na 2.^a edição (de 1867) aparece apenas «Semeiologia», como então se usava nos estudos de medicina.

O êxito editorial do *Vocabulário* de Álvares Marques deve-se, em boa parte, à forma inteligente como o autor, na falta de critérios filológicos de aceitação generalizada, conseguiu respeitar os princípios básicos em que deve assentar um bom Vocabulário: racionalidade e operacionalidade, sem conservadorismos ancilostantes nem hostilidade sistemática ao natural espírito de conservação que sempre existiu e existirá na forma escrita das línguas mais antigas; racionalidade fundada no estudo científico dos fenómenos fonéticos e lexicais; operacionalidade, desde logo, no evitar de imposições de modelos rejeitados pela maioria dos utilizadores e, por isso, de aplicação restrita.

Os primeiros anos do século xx são marcados pela presença assídua de Aniceto Gonçalves Viana nas questões ortográficas. De facto, ninguém como ele se bateu, *coram populo*, pelo estudo científico do vocabulário, expurgado, na transposição da língua falada para a língua escrita, de todos os elementos espúrios que lhe tinham sido acrescentados desde o século xvi até ao século xix. A praga das «falsas etimologias», os pseudo-grecismos, os pseudo-latinismos, e até os pseudo-arabismos, males nascidos do pretensiosismo de alguns eruditos, expulsou-os Gonçalves Viana do português ortografado, em nome da simplificação e da uniformização sistemática. Das suas obras *Ortografia Nacional* (1904) e *Apostilas aos dicionários portugueses* (1906) provém a publicação de um *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da língua portuguesa* (1909), cujos preceitos básicos são, nas palavras do autor, os seguintes:

- 1.º — Tudo o que se diferencia na fala tem de ser diferenciado na escrita.
- 2.º — Todas as pronunciações legítimas devem ser representadas na escrita comum, para que a língua escrita seja uma só.
- 3.º — Todos os artifícios etimológicos inúteis, ou que se não expliquem pela evolução da língua falada, serão desterrados da escrita portuguesa, como contrários à sua expressão gráfica.

Após a proclamação da República, o Estado Português decidiu finalmente intervir na questão da ortografia, nomeando, em 1911, uma Comissão da Reforma Ortográfica, de que faziam parte Carolina Michaëlis, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Cândido de Figueiredo e, como relator, Gonçalves Viana. Em 1 de Setembro, após seis meses de trabalho, aprovaram-se as resoluções principais. Mas algumas propostas anteriores de Gonçalves Viana, objecto de fundamentação e análise na citada *Ortografia Nacional*, foram rejeitadas: assim, restabeleceram-se certos traços conservadores da ortografia, que Viana tinha abolido, como a manutenção do *x* com todos os seus valores, do *h* inicial etimológico, de *ge* e *gi* mediais, do mesmo modo que se rejeitou o *ç* (*c* cedilhado) inicial, assim como o *z* final de sílaba átona. As reuniões da Comissão nem sempre foram pacíficas, como lembraria mais tarde José Leite de Vasconcelos:

Na comissão entravam os grandes filólogos Adolfo Coelho e Gonçalves Viana, com os quais, pelo génio exaltado de cada um, era impossível discutir de viva voz com serenidade.

A verdade é que, mau grado estes desentendimentos, a Comissão cedo aprontou o seu relatório, o que permitiu ao Governo autorizar a publicação, em 1912, de um *Vocabulário ortográfico e remissivo da língua portuguesa*, cujo subtítulo informava que nele se continham «cerca de 100 000 vocábulos, conforme a “ortografia oficial”». Note-se que a expressão «ortografia oficial» é usada pela primeira vez, significando, sem margem para dúvidas, que o Governo da República chamara a si a tarefa de impor uma norma-padrão aos utilizadores da língua portuguesa escrita. Do *Vocabulário* de 1912, prefaciado por Gonçalves Viana e editado pelas Livrarias Aillaud e Bertrand, do lado português, e pela Livraria Francisco Alves, do lado brasileiro, fizeram-se, até 1931, sete edições.

Como é geralmente sabido, a reforma ortográfica de 1911 agradou a muitos filólogos brasileiros (como Medeiros e Albuquerque, Mário Barreto, João Ribeiro, Silva Ramos ou Sousa da Silveira), mas desagradou a alguns outros, bem como a políticos influentes. Não se estranhou, por isso, que, em 1919, por indicação de Osório Duque Estrada, a Academia Brasileira de Letras tivesse sustado as negociações para um acordo ortográfico com Portugal, acordo que então parecia iminente. «A rotina saiu vitoriosa e regrediu-se à antiga

balbúrdia» — escreveria, anos mais tarde (em 1949) o respeitadíssimo filólogo Gladstone Chaves de Melo.

Porém, em matéria de ortografia, nunca se diz a última palavra. E assim, em 1931, correspondendo ao sentimento da maioria dos académicos portugueses e brasileiros, sendo Júlio Dantas presidente da Academia das Ciências de Lisboa e Fernando de Magalhães presidente da Academia Brasileira de Letras, é assinado o primeiro acordo ortográfico entre as duas academias, sob proposta da parte brasileira e com o assentimento de ambos os Governos. Não abarcando senão um pequeno número de casos de simplificação, nomeadamente o das consoantes mudas em palavras como *ceptro*, *fructo* e *signal*, o acordo, embora carregado de imperfeições, era visto como um ponto-de-partida para a desejável unificação ortográfica luso-brasileira. Mas bastaram duas linhas da nova Constituição do Brasil, de 1934, para repor a ortografia usada na Constituição de 1891. Arrastam-se então penosas negociações entre o ministério da Educação e a Academia Brasileira de Letras, acabando esta por ter a última palavra na questão. E, uma vez mais, pela voz do filólogo e académico brasileiro José de Sá Nunes, é para a Academia das Ciências de Lisboa que se voltam as atenções de todos quantos, no Brasil, ciosos embora dos particularismos ortográficos brasileiros, desejam sinceramente um acordo com Portugal.

É neste contexto politicamente acidentado que a Academia das Ciências de Lisboa publica, em 1940, numa edição primorosa da Imprensa Nacional, o seu *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Prefaciado por Francisco Rebelo Gonçalves — sem dúvida, a par de Aniceto Gonçalves Viana, um dos dois grandes filólogos-ortógrafos do século xx em Portugal —, o *Vocabulário* de 1940 ostenta a seguinte dedicatória: «Às Nações Portuguesa e Brasileira oferece e consagra, no Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, a Academia das Ciências de Lisboa». Está dividido em duas partes: a primeira é constituída por cerca de 150 000 palavras do chamado «vocabulário comum» e a segunda por cerca de 2 000 palavras do «vocabulário onomástico». Na primeira parte incluem-se os vocábulos entrados na língua depois de 1500, com maior amplitude do que a de qualquer outro léxico publicado anteriormente; na segunda parte registam-se não apenas antropónimos, topónimos e patronímicos mas também várias outras categorias de nomes próprios, tais como etnónimos, hierónimos, mitónimos, cronónimos e até bibliónimos. O *Vocabulário* apresenta ainda, em apêndice,

um «registo de abreviaturas» (portuguesas ou não) mais usadas na língua escrita de Portugal e do Brasil em fins da década de 30 do século xx.

Para os estudiosos dos fenómenos linguísticos na perspectiva etimológica e ortoépica, revestem-se do maior interesse, tanto para especialistas como para simples autodidactas, os «Comentários ortográficos» redigidos por Rebelo Gonçalves no último capítulo da introdução ao *Vocabulário* de 1940. Aí se explicam pormenorizadamente as razões que levaram o autor a grafar lexemas envolvidos em alguma polémica, tais como: *alvíssaras, cardeal, cinquenta, Cleópatra, criar, Dinis, discricção, Egito, Filipe, maciço, mister, perguntar e perguntar, quere e quer, sobresselente, tejolo, Vosselência* ou *xícara*.

Por motivos de ordem conjuntural, aos quais não foi estranho o entendimento político entre os Governos de ambos os países, Portugal e o Brasil assinaram, em Lisboa, a 29 de Dezembro de 1943, a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, pela qual se obrigaram a estabelecer como regime ortográfico da língua portuguesa «o que resulta do sistema fixado pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras para organização do respectivo vocabulário, por acordo das duas Academias». Para este fim, após um acordo complementar de 10 de Agosto de 1945 e uma conferência inter-académica em 6 de Outubro do mesmo ano, foi a Academia das Ciências de Lisboa encarregada de organizar, com a Academia Brasileira de Letras, um *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*.

Nasce desta actividade frenética mas estimulante o *Vocabulário* em vigor até 2011, que teve duas edições: uma datada de 1947, revista em conjunto pelas duas academias, e outra em 1970, da responsabilidade exclusiva da Academia das Ciências de Lisboa. O texto de ambas as edições é praticamente igual, mas enquanto o de 1947 teve a aprovação da Academia Brasileira de Letras, o de 1970 já não podia ser aplicado ao Brasil, uma vez que, entretanto, desde 1955 que o Congresso Brasileiro, contra a opinião do Presidente Café Filho, decidira congelar o acordo de 1945.

Em relação à edição do *Vocabulário* de 1940, este último, de 1947 e reeditado em 1970, resulta de um projecto menos ambicioso: dele se excluíram os nomes próprios, bem como todas as páginas introdutórias que marcavam a singularidade doutrinária do *Vocabulário* de 1940: atitude perfeitamente compreensível, uma vez que, vindo depois do Acordo Ortográfico de 1945, o novo *Vocabulário*

pretendia dar a conhecer o texto subscrito pelas duas academias e fazer a listagem das palavras do vocabulário comum a Portugueses e Brasileiros, tão-somente. Daqui a diminuição do número de entradas para cerca de 40 000.

O impasse das negociações ortográficas com o Brasil, durante o período que vai de 1955 a 1966, explica a razão do aparecimento, neste último ano, do *Vocabulário da Língua Portuguesa*, de Rebelo Gonçalves. Como o próprio autor salienta nas «Considerações preliminares» da edição lançada no mercado pela Coimbra Editora, a sua nova obra nasceu do «registo vocabular» que foi elaborando ao longo dos muitos anos de convívio com as questões lexicais e ortográficas. Em vez de separar o vocabulário comum e o vocabulário onomástico, como sucedera na edição académica de 1940, Rebelo Gonçalves juntou no mesmo corpo os dois conjuntos lexicais. E foi mais longe: deu largo aproveitamento dos regionalismos portugueses e brasileiros, enquanto, do *mare magnum* do vocabulário científico, há quarenta anos a aumentar constantemente, como ainda hoje acontece, seleccionou o que se lhe afigurou de mais comum e menos especializado.

Chegados ao termo dos trabalhos de revisão do *Vocabulário* da Academia das Ciências, a fim de se lançar no mercado uma nova edição (que será a 4.^a), e porque este assunto interessa a todos os académicos estudiosos da matéria, da Classe de Letras e da Classe de Ciências, seja-me permitido recordar a doutrina perfilhada na nossa Academia em matéria de terminologia científica, tal como a sintetizou um dia Júlio Dantas:

O *Dicionário* e o *Vocabulário* devem, evidentemente, comportar as terminologias científicas e técnicas. Não, porém, todas as terminologias de cada ciência ou de cada técnica; mas a parte dela que possa considerar-se definitivamente incorporada na língua portuguesa. O primeiro trabalho a realizar pelas secções será, portanto, o da selecção das nomenclaturas científicas a incluir no léxico, tendo em consideração que não se trata de um dicionário ou de um vocabulário especial desta ou daquela ciência, mas do dicionário da Língua. O critério que presidirá a essa selecção tem de ser, naturalmente, definido pela assembleia plenária. Em qualquer caso, porém, convém desde já excluir:

1.º — As nomenclaturas científicas obsoletas, isto é, aquelas que caíram em desuso, ou porque não foram geralmente aceites (erro etimológico,

formação defeituosa), ou porque correspondem a concepções ou aquisições científicas ulteriormente rectificadas, ou, ainda, porque lhes foram preferidas sinónimas mais fáceis ou etimologicamente mais perfeitas;

2.º — Os neologismos científicos ainda não revistos e só excepcionalmente adoptados;

3.º — Os vocábulos já postos de parte [...] pelas comissões internacionais de revisão e de coordenação das tecnologias [...].

Vem a propósito lembrar, à semelhança do que, também na nossa Academia, foi sugerido por Celestino da Costa, a conveniência de não se incluírem no *Vocabulário* da Academia termos científicos ainda não incorporados nos hábitos linguísticos, guardando-se para mais tarde a publicação de um *Vocabulário Científico e Tecnológico* ou de alguns (muitos ou poucos) glossários especializados.

No fundo, debatemo-nos hoje com os mesmos problemas que tiveram de enfrentar todos quantos nos precederam nestas andanças.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 9 de julho de 2009)